



NARRATIVAS, TRADIÇÕES ORAIS E SUAS MANIFESTAÇÕES NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS ÁFRICA E LARANJITUBA, MOJU PA: A NARRATIVA DO EMU – A BEBIDA SAGRADA.

MAYRE DIONE MENDES DA SILVA MASCARENHAS*

SIDNEY DA SILVA OLIVEIRA**

RESUMO

Vivemos numa sociedade grafocêntrica pautada em valores ocidentais que privilegia a escrita em detrimento da oralidade, gerando hierarquias e desigualdades. Diante desse fato, faz-se necessário propor reflexões que superem preconceitos e nos permitam compreender a importância dos saberes culturais presentes nas comunidades tradicionais quilombolas, pois o saber produzido no interior dessas comunidades é transmitido oralmente de geração em geração, constituindo uma tradição oral. O presente artigo buscar compartilhar experiência desenvolvida nas comunidades quilombolas de África e Laranjituba em Moju (PA) a partir da análise das relações entre tradições, narrativas orais e saberes tradicionais que circulam em territórios quilombolas, na perspectiva de compreender como as narrativas orais são incorporadas nas atividades cotidianas das comunidades pesquisadas por meio da análise da narrativa do emu (bebida sagrada). No aspecto metodológico utilizou-se da cartografia social e de forma operacional a abordagem efetivou-se por meio de entrevistas, filmagens, bem como coleta de relatos. O resultado da pesquisa materializou-se na confecção de material didático/pedagógico para ser utilizado nas escolas das comunidades para instrumentalizar os professores na implementação da lei 10.639

Palavras-chave: Quilombolas; narrativas orais; tradição oral.

* Graduada em Letras e especialista em Saberes Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia pelo Grupo de Estudos Afro-amazônicos - GEAM/UFPA.

**Graduado em História e especialista em Saberes Africanos e Afro-brasileiro na Amazônia pelo Grupo de Estudos Afro-amazônicos - GEAM/UFPA.

1. JUSTIFICATIVA

A temática tradição oral despertou interesse a partir dos debates acalorados sobre as sociedades tradicionais africanas durante a disciplina história da África no decorrer do curso Promoção da Igualdade Racial na Escola – UNIAFRO, e ganhou força com a visita às comunidades quilombolas de África e Laranjituba no município de Moju (PA) no ano de 2015. A preocupação em preservar as tradições faz parte de uma estratégia de resistência, de manutenção de territorialidade e de sobrevivência. Nesse sentido, os quilombos se constituem em espaço que extrapolam conceitos dicionarizados e cristalizados pelos colonizadores. Para além de tais conceitos são espaços de liberdade e de luta, cujas tradições são manifestações de sua cosmovisão africana, a qual busca a preservação e a valorização de sua cultura.

O modelo cultural das sociedades grafocêntricas privilegia a escrita em detrimento da oralidade, que valoriza o saber científico em detrimento do saber tradicional e segue os padrões culturais hegemônicos, da cultura ocidental imposta pelo colonizador. No entanto tomando como ponto de partida nessa pesquisa os saberes que, ao longo do tempo foram desperdiçados e invisibilizados, embora não se possa negar a importância da escrita como fonte de registro do mundo letrado, tampouco podemos negar a existência dos saberes presente na Amazônia, sobretudo quando nos debruçamos sobre o universo mítico das narrativas orais e suas manifestações culturais

A produção de conhecimento é entendida como exclusiva do mundo da escrita, desconsiderando o saber produzidos por meio da oralidade, invisibilizando os saberes e fazeres oriundos da tradição oral. Nas comunidades tradicionais da Amazônia, tais como as indígenas, ribeirinhas e quilombolas, há práticas em que a relação de ensino-aprendizagem não se constrói tão somente pela instrumento da escrita. Pela tradição oral, diferentes povos expressam suas maneiras de produzir e transmitir saberes e garantir a sua existência

O desconhecimento sobre a validade dos saberes tradicionais, muitas vezes, nos leva a crer que uma sociedade fundamentada nas tradições orais não possui história, tampouco conhece suas origens. Dessa concepção equivocada nos fala Hampate Bá (2010). Segundo este autor, “Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a

oralidade, onde o livro constitui o principal veículo de herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura”.

Apesar desses equívocos, é necessário propor reflexões que nos permitam compreender que para as sociedades tradicionais, mesmo com a aquisição da escrita nem sempre será o saber científico e grafocêntrico que norteará suas ações. Muitos conhecimentos e saberes produzidos no interior dessas sociedades são transmitidos oralmente de geração em geração constituindo, deste modo, uma tradição oral. A tradição oral preserva a cultural de um povo e, por conseguinte, preserva a sua identidade e sua história. No que diz respeito às comunidades quilombolas, a preservação de suas tradições lhes garante manutenção de sua identidade e maior participação na sociedade e melhores condições na luta por direitos.

Ao analisar aspectos da colonização em Moçambique Santos (2012:741) nos revela indicativos de que “durante a época colonial, a descrição de regiões da África como sendo um paraíso terrestre, a apresentação dos habitantes como seres atrasados necessitando de acesso aos progressos da civilização e a sua existência em comunidade homogênea (base da configuração das etnias e tribos)”, Norteou todo o processo de colonização tanto no continente africano quanto em continente americano. A aceitação do potencial cultural do continente africano não pode ser compreendida somente sob a máscara dos conhecimentos tradicionais, pois é de suma importância reconhecê-los como saberes válidos, que não podem ser enquadrados apenas do domínio do étnico/exótico.

Apesar desses equívocos persistirem até os dias atuais, é necessário propor reflexões que nos permitam compreender que para as sociedades tradicionais nem sempre é o saber científico que norteará suas ações. Todo saber produzido no interior dessas sociedades tem relevância os quais são transmitidos oralmente de geração em geração. A tradição oral preserva a cultural de um povo e, por conseguinte, preserva a sua identidade e sua história. No que diz respeito às comunidades quilombolas, a preservação de suas tradições lhes garante manutenção de sua identidade e maior participação na sociedade e melhores condições na luta por direitos.

De modo equivocado, entende-se que todo saber é regido pela tradição escrita, sendo esta é um veículo de herança cultural, o que muitas vezes nos leva a falsa impressão de que a escrita se sobrepõe sobre todas as outras formas de preservação de um saber. O que é questionável, Assim sendo, a literatura oral sempre serviu de uma vasta fonte para a literatura

escrita, o que de acordo com Pimentel e Fares (2014:194) “a literatura escrita continua em débito com a oralidade, ninguém ousaria negar a importância que a oralidade tem para a literatura”.

Principalmente quando voltamos o olhar para as sociedades de tradição oral tais quais os povos africanos e os povos afrodescendentes na Amazônia, que vivenciam as tradições por meio de suas manifestações culturais e religiosas, ou seja, traz em seu bojo uma oralidade latente e vivenciada em suas práticas de forma constante e ininterrupta.

As comunidades quilombolas de África e Laranjituba situadas no quilômetro 68, ramal Caeté, Alça Viária, município de Moju (PA) têm na tradição oral um dispositivo de manutenção de sua identidade negra e também de preservação de seu modo de vida e de cultura local, a qual se manifesta por meio da música, das danças, do artesanato, da relação com o meio ambiente, da religião e de suas narrativas que se constituem fundamentos norteadores, cuja materialidade se efetiva por meio de suas práticas.

Há, portanto uma preocupação em manter vivas essas tradições nesses territórios de negritude, pois quem detém o conhecimento sobre as tradições orais são os mais velhos e por isso correm o risco de serem perdidas, diante do que afirma Hampaté Ba (1978, *apud* CALVET, 2011:55) “um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia”, surge daí a importância dos idosos para essas comunidades e a séria preocupação de conservação das tradições e, conseqüentemente, a preocupação de preservar a memória ancestral.

A memória dos mais velhos é acionada diariamente, nas situações cotidianas de transmissão de conhecimento, ora em momentos de aprendizagem de ofícios tradicionais, ora em suas narrativas mitológicas de seus mitos e lendas que também são formas de tradição oral que auxiliam na manutenção de suas raízes culturais e identitárias.

Uma das histórias contadas nessa comunidade é a narrativa do emu, por meio da qual se busca preservar uma tradição que é a fabricação de uma bebida sagrada, de mesmo nome, que possui um caráter religioso e por isso é muito usada nos rituais de cura. Apenas alguns idosos da comunidade conhecem o modo de preparar essa bebida. São eles os guardiões desse saber e dessa tradição. Todavia é preciso incentivar e preparar os jovens da comunidade para dar continuidade as suas tradições e levá-los a compreender o papel fundamental de suas tradições no reconhecimento de sua identidade, de sua origem e de sua história.

É sob esses argumentos que se pode indagar:

Qual a importância das narrativas e, em particular a narrativa do emu, para a preservação de identidade, de manutenção da memória coletiva e da tradição oral das comunidades quilombolas de África e Laranjituba?

Como manter as tradições preservando a memória ancestral?

O que é possível fazer para preservar as histórias contadas pelos mais velhos?

Quais ofícios tradicionais são mantidos pelas tradições orais?

Como a tradição oral interfere na transmissão dos elementos que entram na composição da bebida emu?

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

O modelo de desenvolvimento econômico, cultural e político pensado para a Amazônia tem como fundamento uma lógica perversa que impõe uma racionalidade, que entende a natureza como recurso e o homem amazônida como obstáculo. Diante desse contexto de uma economia globalizada e competitiva, que procura obscurecer a história e desregular estruturas locais (CASTRO, 2010), se faz necessário conceber o modo de vida amazônico por outra lógica que não a da acumulação e pensar em outros modelos culturais possíveis, diferentes da concepção eurocentrada, cujo pensamento se pauta pelo exótico, pelo estranhamento e rejeição. O modelo cultural imposto para a Amazônia, assentada na concepção de progresso em oposição a natureza e ao homem desqualifica os saberes e fazeres tradicionais, saberes que são repassados oralmente, os quais precisam ser valorizados e aceitos como válidos.

O conceito de interculturalidade nos ajuda a alargar o olhar, ampliar o horizonte sobre de pesquisa acerca das questões relativas às diferenças entre modelos culturais, uma vez que a compreensão dos conhecimentos sem qualificá-los como crenças ou saberes de validade local colabora para a afirmação e aceitação das diferenças, pois de acordo com Mato (2008:110) “Sin colaboración intercultural en la producción de conocimientos sobre nosotros mismos, como individuos y como agregados sociales, es imposible comprender nuestra experiencia social”.

A perspectiva da interculturalidade, no que diz respeito às narrativas orais produzida por diversos grupos sociais na Amazônia, ainda encontra obstáculos como nos chama atenção Simões (2003:2-3) “Discorrer sobre mito, cultura e tradição, ou sobre outros temas dessa natureza, sempre se constituiu uma espécie de barreira a ser enfrentada, bem como dificuldades a serem suplantadas”.

Ainda sobre o aspecto da validação de conhecimento pelo viés academicista, e da importância elogiosa atribuída à escrita, cuja relevância aponta a questão central na aquisição de conhecimentos, esclarece Pimentel (2013:31) “por muito tempo o prestígio atribuído aos que possuíam o “dom” da escrita relegou a oralidade para as “bordas”, além de ser frequentemente associada ao “folclore” e, por isso, encarada como um “gênero menor”.

Percebe-se, portanto a condição de desprestígio social ao posicionar nas margens os saberes oriundos da oralidade, tanto em campo simbólico, político e cultural. Para análise dessa realidade, apoio minha abordagem no conceito de campo ou campos, como espaço de disputa do qual fala Bourdieu, (2004:23), “ a estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, sua tomada de decisão”. A ideia de campo ajuda a pensar a disputa de interesses e as conflitualidades entre os agentes, bem como as tensões entre oralidade e escrita, não somente no campo de aquisição do conhecimento formal, mas também pela disputa e controle do território, ao acesso às políticas públicas e da manutenção de identidade.

Em comunidades quilombolas, que nessa pesquisa nos propomos estudar, a produção de conhecimento não se efetiva apenas pela a escrita, outras formas de aprendizagens são estabelecidas, por conseguinte outros sujeitos se qualificam por meio da experiência da oralidade e do conhecimento de mundo. Para Meneses Copete (2014:120) “de igual maneira, se ha instituído la escritura en la escuela con un carácter *de obligatoriedad* homogenizante que no considera las voluntades, el deseo, la formación y las necesidades de los sujetos (maestros) y los contextos”.

As tradições marcam as experiências e vivências dos povos africanos em diásporas, pois carregam em seu interior toda a riqueza de seu povo, se materializam por meio das ações e interações das pessoas, se revigoram e se perpetuam através da oralidade. Os povos africanos tinham, desde a antiguidade, uma sociedade política e culturalmente

organizadas e fundamentadas em tradições. As histórias de seu povo, os segredos de suas religiões, suas mitologias e seus ofícios eram repassados oralmente pelos mais velhos aos mais novos. Todos esses saberes ensinados de geração em geração constituem o que podemos chamar de tradição oral.

Muitos conhecimentos eram repassados por meios das tradições orais, tais como as histórias de família (cada clã passa a conhecer as histórias de seus antepassados), lendas, música, artesanatos, cultura, agricultura, ofícios entre outro. Para Vansina (2010) a tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra.

No entanto, as tradições africanas sofreram e sofrem fortes preconceitos por causa do domínio cultural europeu, pautado em um saber científico hegemônico e em uma sociedade grafocêntrica, a qual considerava a escrita o meio mais importante de registro e de transmissão de conhecimento e, portanto, menosprezando todos os outros tipos de registro, sobretudo os de tradição oral.

A relação que os povos africanos e afrodescendentes têm com a palavra e com a tradição oral nos permite conhecer e compreender a nossa própria origem, bem como as histórias de lutas e resistência dos povos africanos e dos negros em contexto amazônico e também sua relação com natureza, com o trabalho e com seus antepassados.

Os territórios quilombolas na Amazônia nos fornecem pistas sobre as estratégias de resistência, pois segundo Machado (2014:1) “a formação de quilombos é sem dúvida uma das estratégias mais eficientes nesse processo, por ser este o local de manutenção de memória que guarda valores de um povo”. Sendo apropriado lembrar que a concepção de quilombo já foi a de lugar de negro fugido, ideia que foi refutada por Abdias do Nascimento, diante do seguinte conceito: “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer união fraterna e livre, solidária, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO apud RATTS, 2007, p. 313).

Assim sendo, em primeiro momento nos preparamos para alargar nossa visão de mundo a cerca das questões que envolvem a compreensão da amplitude de significado da palavra quilombo, no sentido de apreendermos o quilombo em suas múltiplas dimensões.

De modo que devemos compreender quilombo como território de resistência e de luta por liberdade, mas também como espaço de convivência, de valores compartilhados, de solidariedade entre seus membros.

Deste modo, as diferentes concepções nos leva a refletir sobre os conceitos adquiridos ao longo da história e o caráter polissêmico da palavra “quilombo”, como nos alerta Arruti (2008) o qual vai além ao nos esclarecer as três principais formas de ressemantizações. A primeira fala do quilombo como resistência cultural, a segunda está vinculada à resistência política e a terceira é a percepção de quilombo com o ícone de resistência negra.

Apoiando-se, portanto nesse tripé indissociável, o qual norteia essa pesquisa, é que se busca entender a cultura negra como elemento de manutenção de identidade, visto que, segundo Machado (2014) “as comunidades quilombolas se constituíram em comunidades autônomas e mantenedoras de tradições, costumes crenças e valores que não se perderam nas voltas em torno da árvore do esquecimento”. Por isso os territórios quilombolas se configuram tão fortemente como espaço de negritude e como símbolo de resistência cultural, pois produzem uma cultura afrocentrada, no sentido de marcar suas origens e seu modo de vida, pautados em valores civilizatórios africanos, ou seja, pautados por uma cosmologia africana.

Baseados nos princípios da cosmovisão africana, é que se pode destacar a importância da palavra falada nas sociedades tradicionais. De acordo com Oliveira (2003) a palavra é um dos princípios da cosmovisão africana, ou seja, a partir do uso da palavra é que se pode compreender e se relacionar com o mundo, posto que é um instrumento de saber tendo, portanto, origem divina, mas que é relacionada com as atividades humanas. A palavra possui um vínculo muito estreito com a dimensão histórica, uma vez que é por meio dela que são estabelecidos elos com o conhecimento e com sua transmissão, toma-se como exemplo os especialistas como ferreiros e tecelões que dominam a arte de transformar matérias-primas em artefatos, ou mesmo as entidades da vida espiritual manifestadas em ocasiões como o culto aos antepassados e às divindades, ou ainda os historiadores tradicionais com domínio particular da própria palavra (Griots).

Nas sociedades tradicionais africanas a oralidade sempre desempenhou importante função na transmissão de saberes tradicionais, é por meio da palavra que as relações sociais se materializam. Para Hampaté Bá (2010), tudo que movimenta as sociedades tradicionais é permeado pela tradição oral. Em todos os seguimentos da sociedade, a palavra falada se impõe pela força da tradição e pela forte relação que o homem estabelece com a palavra.

Nesse sentido podemos afirmar que a tradição oral não tem uma única finalidade tão pouco pode delimitá-la dentro de um único aspecto. Há nela múltiplas possibilidades que vão sendo ressignificado por meios de suas práticas as quais se inscrevem no cotidiano das comunidades. “Nessa linha, o grupo constrói sua história e produz processos de afirmação étnica e política. O passado encontra-se na memória oral ajuda a verificar como ele se constitui e tece relações com o presente” (ACEVEDO e CASTRO, 2004:49).

A ancestralidade se revela como outra manifestação da tradição oral, pois as práticas cotidianas nos territórios de negritude envolvem ancestralidade, a qual também se apresenta como um princípio da cosmovisão africana. “A ancestralidade, então, está no cerne da concepção de universo. O universo interliga todas as coisas, logo, a ancestralidade permeia todos os seres que compõe esse universo”. (OLIVEIRA, 2003:11). A memória ancestral é fundamental para compreendermos as relações que se estabelecem por meio da oralidade e do poder das palavras, posto que é base para todas as ações reconhecidamente tradicionais e, portanto, para as tradições orais. Uma sociedade de forte tradição oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação, mas também como um meio de sabedoria ancestral, veneradas no que poderíamos chamar de elocuições – chaves, isto é, tradição oral (VANSINA, 2010).

As comunidades que tem como base suas tradições orais compreendem a força ancestral que as palavras carregam, e por isso faz da oralidade meio pelo qual suas vivências ganham sentido, seu modo de fazer as coisas são, portanto pautados por uma tradição oral, que é viva, pulsante e útil. A cosmovisão africana torna-se de fato o elemento que congrega saberes que se relacionam e efetivamente se constituem em patrimônio cultural de um povo, os ofícios tradicionais também se constituem numa outra forma de manifestação da tradição oral. Eles também são profundamente marcados pela referida tradição. Os ensinamentos das técnicas dos ofícios eram repassados oralmente de geração a geração. Segundo Hampaté Bá (2010), os ofícios artesanais tradicionais são grandes vetores da tradição oral, deste modo, a palavra desempenha papel importante não apenas no repasse de ensinamentos que servem de base para os ofícios tradicionais, mas também estão presentes nos cantos rituais, ou palavras rítmicas sacramentais que acompanham o trabalho dos artesãos e principalmente nas atividades que age transformando a matéria, tais como os ferreiros (os quais gozam de grande prestígio nas comunidades, pois são depositários dos segredos das transmutações) os tecelões,

os marceneiros etc. Há nesses processos de transformação da matéria um caráter sagrado. Toda função artesanal está ligada a um conhecimento esotérico transmitido de geração a geração e que tinha sua origem em uma revelação inicial. “A obra do artesão era sagrada porque “imitava” a obra de Maa Ngala” (HAMPATÉ BÁ, 2010:185). Deste modo a palavra ressignifica o trabalho artesanal, mobiliza saberes ancestrais sobre a natureza dos elementos envolvidos no processo e além de estabelecer comunhão do homem/artesão com o espiritual reaproxima - o da divindade.

Para análise desse conjunto de práticas nas quais se apoiam as tradições orais, destacamos as narrativas que circulam nas comunidades quilombolas, são elas também elementos carregados de história dos povos africanos em diásporas e de simbolismos cuja função se desdobra em divertimento e ensinamento, os quais se efetivam por seu modo de vida, seu saberes e fazeres. Sendo, portanto vetor de tradições ao mesmo tempo em que se construí como patrimônio cultural, pois além da transmissão de saber ancestral se apresenta também como fonte de preservação de sua história, de sua cultura e religiosidade. O conjunto dessas manifestações e narrativas se constitui como elementos de afirmação da territorialidade, no que diz respeito às comunidades quilombolas, que lutam pela manutenção de sua cultura e preservação de suas histórias. Pois essas tradições vão se constituir num elemento importante na definição positiva da identidade negra de um povo.

Deste modo, as narrativas orais são ferramentas importantes para a preservação da memória coletiva, das histórias de suas origens, suas crenças etc. Ao assegurar a preservação da memória ancestral por meio de suas narrativas é possível promover uma transformação de mentalidade, pois através de narrativas evidenciam-se valores civilizatórios africanos tais como: coletividade, religiosidade, ancestralidade, oralidade, força vital (axé) entre outros, e com isso promover uma cultura fortalecida e uma postura de resistência.

As narrativas orais apresentam múltiplas funções, pois além de servir de elo entre novas e velhas gerações, têm o importante papel de fortalecer relações entre pessoas e comunidades, criando uma rede de transmissão de conhecimento que valoriza um saber tradicional e modo de vida ressignificado pela interação por meio da palavra. Essa relação de aprendizagem informal se mostra eficiente na consolidação da cultura das comunidades tradicionais quilombolas.

As comunidades quilombolas, cuja oralidade se manifesta fortemente no cotidiano, tais conhecimentos veiculados pela tradição oral têm o mesmo peso e importância que os conhecimentos formais da escola. Nessas sociedades as palavras são manifestações do sagrado e por esse motivo são norteadores das ações. Para além de uma simples atividade comunicativa, existe interação entre os que contam e os que ouvem as histórias, cuja afetividade presente fortalece os vínculos familiares e de grupo além de dar sentido ao ato de contar. É observado nas comunidades o respeito à palavra falada, porque se compreende a dimensão do sagrado e se percebe sua materialidade nas práticas coletivas na qual todos se envolvem. É por meio da palavra falada que se resgata tradições, portanto ao se resgatar as narrativas por meio do ato de contar histórias, resgata-se também a gênese de um povo.

As narrativas trazem consigo a força de seus ancestrais, por isso a função de contar história sempre é dos mais antigos membros da comunidade. Os idosos são grandes depositários das palavras nas comunidades e, como depositários dessas palavras, os anciãos, preservam memória de seu povo, segundo Zumthor, (1994:86) “Os veneráveis relatos dos velhos que narram aos jovens em volta os eventos de sua longa vida, de modo a exortá-los à virtude. Virtude e verdade coincidem”. Observa-se então uma ação pedagógica que perpassa pelo ato de narrar suas histórias, cujo ensinamento é cristalizado por meio da palavra, que é manifestação da força vital e também portal por onde se permite fazer a passagem para o sobrenatural, para o conhecimento ancestral, o qual referenda todas as tradições e que sustenta a memória coletiva de um povo.

As narrativas repassadas pela tradição oral são importantes fontes de instrução para cada membro da comunidade, principalmente dos mais jovens, pois ajudam na compreensão de certas circunstâncias da vida, por isso, são também, um ato de ensinamento, pois os contadores são sempre pessoas mais velhas que são exemplo de respeito e a admiração para a comunidade, por serem profundos conhecedores das histórias locais, guardam os mais importantes ensinamentos que precisam ser socializados por todos. São os mais jovens o objetivo dessa aprendizagem, pois tiram lições de vida por meio das histórias de seus ancestrais. Por tudo isso é que se observa a apropriação de um saber legitimado por meio de fonte oral, da palavra de onde se alimentam as tradições “Tal é seu enraizamento sociológico, o universo da voz, onde nada da existência coletiva, nem mesmo de realidade ambiente pode ser

percebido e entendido a menos que passe por ela. Tal é sua significância íntima” (ZUMTHOR, 2005:91).

A partir da narrativa do emu, uma história mitológica cujas referências estão ancoradas no universo e deuses africanos é que se desbravou o universo mítico narrativo das comunidades quilombolas de África e Laranjituba, dois territórios que compartilham origem, memórias e tradições. Emu é a bebida sagrada produzida nas referidas comunidades quilombolas, a partir da narrativa, passadas de geração a geração e que os veneráveis anciões (os guardiões dessa tradição) vêm produzindo a bebida. O poeta paraense Bruno de Menezes, em sua obra “O Batuque” nos revela a prática da beberagem pelos negros escravizados na Amazônia paraense bem como as nuances da produção, do uso das bebidas alcoólicas e o forte simbolismo do ato beber, uma vez que era percebida como refúgio e proteção. No poema intitulado *Cachaça*: “[...]O teu Pai de Santo, Tua “mãe de terreiro”/O teu “encantado”/o teu “curador”/Só fazem “trabalho”/ cuspindo a “chamada”/[...]Toda atua crença de alma sofrida/ Tu sentes no peito louvando a “caninha”[...]” (MENEZES, 2005:31).

Nos versos do poema fica evidente a rotina do negro escravizado, a prática da beberagem, os usos e relação com suas manifestações religiosas. Nos quilombos, em particular nos quilombos da Amazônia, os negros livres dos açoites dos senhores e do labor dos engenhos, continuam a produzir sua própria bebida a fim de manter suas tradições, os rituais de cura e de festividades como expressão da cultura e reverência de religiosidade.

A bebida já não é mais produzida pelo processo de fermentação da cana de açúcar, nem com fins comerciais e sim a partir do universo mitológico africano e dos conhecimentos sobre as ervas existente nos territórios quilombolas e suas propriedades de cura. A produção dessa bebida mobiliza saberes ancestrais, haja vista que é uma tradição de mais de 300 anos, feita com as ervas coletadas na mata. Além do líquido da palmeira, são adicionadas outras doze ervas (também há na sua composição a mistura de um elemento secreto que só é revelado para os escolhidos) A bebida obtida pela mistura das ervas é colocada em garrafas as quais são enterradas durante 90 dias, depois desse período, são retiradas para filtrar, passam ainda por um ritual sagrado somente após todo esse processo estará pronta para ser utilizada, principalmente para tratamento de saúde, como medicamento nos rituais de cura, em dia de tratamento, nos quais descem as entidades dos curadores.

A produção do emu caracteriza-se também, como prática social e de aprendizagem, pois de acordo com Albuquerque (2011:33) “por meio das práticas de alimentos, nas quais se inserem as práticas de beber, ensinamentos são transmitidos e apreendidos configurando - se como uma situação de comunicação e aprendizagem”.

A tradição de fabricar o emu é preservada pelos mais velhos da comunidade por meio da tradição oral. São os mais velhos que detêm os conhecimentos sobre as ervas e plantas da região, utilizadas para a fabricação da bebida. Geralmente, são as mulheres que se ocupam dessa atividade dentro da comunidade, quando elas jugam que alguém mais jovem apresenta as qualidades necessárias para dar continuidade ao ritual, elas então, ensinam tudo o que é preciso saber para fabricar a bebida e também para utiliza-las nos rituais de cura e purificação. Por possuir propriedades curativas e por estar intrinsecamente ligada à religiosidade, o Emu é considerado sagrado, por esse motivo não é comercializado, muito embora também seja usado em dias festivos de comemoração nas comunidades.

3. METODOLOGIA

Apoiada em uma proposta epistemológica, visando atingir os objetivos proposto na pesquisa, optou-se pela metodologia da cartografia social a qual se ocupa em desenhar não um traçado fixo, mas aquela que se detém nos saberes que circulam pelos territórios e as zonas de contato, ou seja, uma cartografia cultural, pois aponta, segundo Silva at all (2011: 61) “outras experiências sociais que o cercam, suas particularidades, suas singularidades, suas abstrações seus simbolismos, enfim outros traçados e caminho possíveis ao processo de conhecimento”. Na pesquisa realizada nas comunidades quilombolas de África e Laranjituba, realizou-se levantamento de dados por meio de entrevistas com os membros da comunidade, privilegiando a conversa informal, na qual os entrevistados falaram livremente sobre as tradições e costumes do lugar, pois quanto mais espontâneo mais eficiente se tornaria a coleta de informações de acordo com o traçado metodológico pretendido.

A aproximação com as comunidades se deu por meio do pesquisador participante, uma vez que é necessário se aproximar das pessoas do local sem interromper sua rotina seus afazeres diários como a ida ao centro, local onde fica a roça e o retiro (casa de farinha), a fabricação do artesanato (refratário de barro) e a coleta do açafá. Acompanhei os mais velhos em suas tarefas e em seus momentos de descanso entre uma tarefa e outra foi possível escutá-

los. Os mais velhos guardiões das histórias, principalmente das histórias de origem das comunidades, de seus antepassados, das relações familiares, dos ritos religiosos (há uma forte influência católica nos territórios, porém suas práticas religiosas cotidianas são permeadas de misticismos do universo afro-religioso).

A partir da escuta e da gravação da história oral das comunidades foi possível relacionar as narrativas dos idosos que participaram da pesquisa com as narrativas recontadas para explicar suas práticas atuais e cotidianas. Realizou-se uma abordagem qualitativa a qual permitiu compreender os fenômenos observados de modo mais consistente.

Foram adotados outros procedimentos metodológicos, tais como levantamento bibliográfico, observações, anotações e entrevistas gravadas para subsidiar a produção do livro (uma cartilha) sobre a narrativa mitológica do emu, a bebida sagrada, utilizada em rituais de cura e também em momentos festivos, produzida pelas comunidades quilombolas. Parte das cópias do livro sobre a narrativa do emu foi doados à comunidade para ser trabalhados durante as aulas, com o propósito de romper com os padrões da cultura hegemônica e dar visibilidade à cultura e à identidade local bem como instrumentalizar o professor no processo de implementação da lei 10.639/03.

4. RESULTADOS/ DISCUSSÃO

Na perspectiva de dar visibilidade à cosmologia africana, pois ela marca a territorialidade e se constituem em elemento de identidade quilombola, buscou-se relacionar as narrativas orais, cujas origens remontam a própria origem dos territórios quilombolas com as tradições africanas. Apoiada em uma postura dialógica entre os sujeitos da pesquisa, foi possível observar o cotidiano das famílias, acompanhando-os nas tarefas diárias, fato que nos permitiu também acompanhar o processo de transmissão de saberes tradicionais, alguns relacionados ao universo sagrado, e por isso mesmo envolto em segredos (como é o caso da fabricação do emu), outros relacionados ao mundo do trabalho como o caso do artesanato e das roças, atividades extrativistas como a coleta das ervas e do açaí. Todas essas atividades envolvem os conhecimentos que circulam em espaço de convivência dentro do território quilombola.

Observou-se que o processo de transmissão de conhecimentos e saberes está presentes em outros espaços de interação social tais como o barracão, os centros religiosos, as rodas de

conversas etc. Os conhecimentos ancestrais circulam por todos os espaços. Portanto há a necessidade de uma postura epistemológica entre os saberes que circulam no interior dessas comunidades, haja vista que dentro das comunidades há escolas, nas modalidades, fundamental (menor e maior) e de ensino médio. Durante os diálogos estabelecidos no percurso da pesquisa entre pesquisadores, membros das comunidades (jovens e idosos) e alunos, os quais reivindicam melhores condições de ensino, ficou evidente o papel da escola na construção da cidadania e da identidade quilombola. Porém, apesar desse importante papel, ainda não há relação do que se aprende na escola com o que é vivenciado em espaços educativos informais.

Observou-se a necessidade de construir pontes para efetivar a interação dos saberes que circulam nos territórios quilombolas, dando a devida importância aos saberes tradicionais, pois eles são importantes para compreensão da identidade negra. E ainda preocupados com a preservação da memória coletiva, tornou-se oportuno registrar as narrativas orais. O resultado da pesquisa materializou-se na confecção de material didático/pedagógico (cartilha) para ser utilizado nas escolas das duas comunidades pesquisadas no intuito de instrumentalizar os professores na implementação da lei 10.639 bem como romper com os padrões da cultura hegemônica e dar visibilidade à cultura e à identidade local. O trabalho está dividido em três seções, a primeira apresenta o referencial teórico que orienta a abordagem da pesquisa, a segunda parte trata da narrativa do “emu” e por fim, na terceira e última parte são apresentadas as sugestões de atividades.

5. REFERÊNCIAS.

ACEVEDO MARIN, Rosa e CASTRO, Edna. No caminho das pedras do abacatal: experiência social de grupos negros no Pará. 2 ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. Introdução. In: **Beberagens e processos educativos não escolares no Brasil**. Belém: EDUEPA, 2011.

ARRUTI, José Maurício. (2008). Quilombos. In Raça: **Perspectivas antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA/Ed. Unicamp/EDUFBA. Disponível em: www.jm-arruti.blogspot.com.br Acesso em: 28 jun. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Tradição Oral e Tradição Escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Org.). **Amazônia - Região Universal e Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

HAMPATÉ BÁ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) **História Geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2010.

MACHADO, Joana Carmem do Nascimento. "Nem parecer que tem quilombola aqui": (in) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do Território Quilombola de Jambuaçu, Pe. Sérgio Tonetto. Dissertação (Mestrado em Educação), Belém (PA), Universidade Federal do Pará, 2014. Disponível em: <http://www.ppped.com.br/arquivos/File/JOANA2014.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MATO, Daniel. "No hay saber 'universal', la colaboración intercultural es imprescindible". In: **Alteridades**, v. 18, n. 35, Ciudad de México, ene/jun, 2008. p.101-116. Disponível: <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v18n35/v18n35a8.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2016.

MENESES COPETE, Yeison Arcadio. Oralidad, escritura y producción de conocimiento: comunidades de "pensamiento oral", el lugar de los etnoeducadores y la etnoeducación. **Revista Praxis**, Vol. 10 119 – 133, Enero - Diciembre de 2014. Disponível em: <http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/praxis/article/view/1364/773html>, Acesso em: Acesso em: 20 Fev. 2016.

MENEZES, Bruno. **Batuque**. 7ed. Belém: Família Bruno de Menezes, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo. **Cosmovisão Africana no Brasil**: elementos para uma filosofia afrodescendente. Fortaleza: LCR,Ib ece, 2003. Disponível em: <www.periodicos.unb.br>. Acesso em: 28 jun. 2016.

PIMENTEL, Danieli dos Santos. **Cartografias poéticas em narrativas da Amazônia**: educação, oralidades, escrituras e saberes em diálogo. Dissertação (mestrado), Belém, 2013. F 192. Disponível em: http://paginas.uepa.br/mestradoeducacao/index.php?option=com_rokdownloads&view=file&task=download&id=408%3Adissertacao-danieli-dos-santos-pimentel&Itemid=25. Acesso em: 04 Abr. 2016.

PIMENTEL, Danieli dos Santos e FARES, Josebel Akel. O lugar das poéticas orais. **Revista Boitatá**, Londrina, n.17, jan-jul 2014. Disponível em: <http://revistaboitata.portaldepoeticasorais.com.br/site/arquivos/revistas/1/danibel.pdf>.

SILVA, Graça [et all]. Cartografias e métodos: outros traçados. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; TEIXEIRA, Elizabeth. **Caminhos metodológicos para a pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2011.

VANSINA, Jan. A Tradição Oral e sua Metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.) **História Geral da África**, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Brasília:UNESCO, 2010.

SIMÕES, Maria do Socorro. Narrativas da Amazônia Paraense. **Revista do GELNE**, v. 4, n. 2 (2002). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/issue/view/511>. Acesso em 28 Jan. 2016

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. A literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.